

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 36 No. 1 Janeiro - Abril 2023

ESPECIAL 40

DUAS DÉCADAS DEPOIS DA PUBLICAÇÃO DO ARTIGO “DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA INDÍGENA”

Jorge Eremites de Oliveira*

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise dos estudos realizados após a publicação, em 2003, do artigo “Da pré-história à história indígena”, que constitui o resumo de sua tese de doutoramento, sobretudo no que se refere à continuidade de pesquisas etnoarqueológicas e etno-históricas no Pantanal e regiões adjacentes.

Palavras-chave: arqueologia indígena, arqueologia do pantanal, etnoarqueologia, história indígena, povo Guató.

* Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), instituição em que atua como docente no curso de graduação em Arqueologia e nos Programas de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) e em História (PPGH). Bolsista de produtividade em pesquisa, nível 1D, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

TWO DECADES AFTER THE PUBLICATION OF THE ARTICLE “DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA INDÍGENA”

ABSTRACT

In this article, the author presents an analysis of the studies carried out after the publication, in 2003, of the article “Da pré-história à história indígena” (“From prehistory to indigenous history”), which constitutes the summary of his doctoral thesis, especially about the continuity of ethnoarchaeological and ethnohistorical research in the Pantanal and adjacent regions.

Keywords: indigenous archaeology, archaeology of the pantanal, ethnoarchaeology, indigenous history, Guató people.

TRAS DOS DÉCADAS DE LA PUBLICACIÓN DEL ARTÍCULO “DE LA PREHISTORIA A LA HISTORIA INDÍGENA”

RESUMEN

En este artículo, el autor presenta un análisis de los estudios realizados tras publicado el artículo “De la prehistoria a la historia indígena” en 2003, que constituye el resumen de su tesis doctoral, especialmente en lo que se refiere a la continuidad de las investigaciones etnoarqueológicas y etnohistóricas en el Pantanal (Brasil) y regiones adyacentes.

Palabras clave: arqueología indígena, arqueología del Pantanal, etnoarqueología, historia indígena, pueblo Guató.

A Revista de Arqueologia, criada em 1983, é o mais importante periódico científico para o campo da arqueologia no Brasil. O sucesso da revista se deve aos esforços coletivos envidados ao longo de décadas e no decorrer de várias gestões da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Ela se tornou motivo de orgulho a todas as pessoas que nele publicam seus estudos, bem como àquelas que atuaram, ou atuam, na Comissão Editorial e em outros cargos da Associação, como foi o meu caso: Comissão Fiscal (1997-1999), Comissão Editorial (1999-2001), Vice-Presidência (2005-2007), Conselho de Ética (2016-2017) e Presidência (2018-2019). Não por acaso, em 2022, a revista conquistou o tão desejado e merecido Qualis A1, conceito aferido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em face do reconhecimento prestado à Revista de Arqueologia, tenho a dizer que fico feliz ao saber que o artigo “Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal” está entre os mais citados do periódico (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003a). Soma-se a isso o honroso convite que recebi da atual Comissão Editorial da SAB para apresentar algumas reflexões a respeito dos estudos realizados após duas décadas desde a publicação do trabalho. O texto em destaque é a síntese de uma tese de doutoramento defendida em julho de 2002 no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Arqueologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), cujo tema está associado aos desdobramentos das pesquisas de uma dissertação de mestrado, defendida em janeiro de 1995 (EREMITES DE OLIVEIRA, 1994, 1995, 1996, 2002a, 2003a). Ambos os trabalhos tratam da arqueologia e da história das populações indígenas no Pantanal – a maior área contínua de inundação do globo – e, mais especificamente, da etnoarqueologia e da etno-história do povo Guató.

A temática indígena, seja referente a populações originárias do período pré-colonial, seja em relação aos povos indígenas contemporâneos, marca minha trajetória de vida acadêmica desde a graduação, conforme explicado na sequência.

BREVE DIGRESSÃO DE NATUREZA ETNO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA

O povo Guató é originariamente falante do idioma guató, filiado à família linguística homônima e ao tronco linguístico macro-jê. A filiação linguística está baseada nos consistentes estudos realizados por Aryon Dall’Igna Rodrigues e outros linguistas que se associam à sua perspectiva teórico-metodológica (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002a, 2022; MARTINS, 2011, 2013; PALÁCIO, 1984; RODRIGUES, 1970, 1986). Trata-se de uma língua em processo de obsolescência devido à situação histórica de diáspora e desterritorialização enfrentada por muitas famílias estabelecidas no Pantanal e regiões adjacentes, mas que, no momento, passa por várias tentativas de revitalização.

A respeito da palavra Guató, grafada de diferentes formas em fontes textuais do período colonial (Guataes, Guatás, Guathós, Guatos, Guatòs, Goatos, Guattos, Guatues etc.), torna-se oportuno apresentar uma breve digressão de natureza etno-histórica e linguística, haja vista que o vocábulo foi transformado em etnônimo e passou a ser empregado no sentido de nação, povo e gente. Tudo indica derivar do verbo *guatá*, que em guarani significa andar, caminhar, circular, viajar e transitar. Foi assim anotado pelos espanhóis na década de 1540, inicialmente como apelativo ou apelido cunhado por indígenas de língua guarani que acompanharam suas expedições pelo rio Paraguai e afluentes. Serviu historicamente para designar um povo canoeiro com grande mobilidade espacial e plenamente adaptado a viver segundo o ritmo das águas do Pantanal. Com os desdobramentos do encontro colonial, a palavra *guatá* acabou por ser pronunciada e escrita como *guató* e incorporada como denominação e autodenominação de um povo canoeiro em um contexto histórico marcado por intensos contatos étnicos e mudanças socioculturais (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002a, 2018).

No começo do século XX, Schmidt (1942, p. 228) registrou a palavra em guató “mars’irvuir” (*maxéuvy*), usada para designar gente ou ser humano. Ocorre que os povos indígenas em geral, quando inqueridos pelos invasores europeus e euroamericanos sobre quem seriam, normalmente respondiam gente, homem, pessoa ou ser humano no idioma nativo. Significa dizer que, embora *Maxéuvy* possa ser

entendido como autoidentificação étnica na língua nativa, historicamente *Guató* passou a ser o etnônimo do mais antigo povo canoeiro contemporaneamente presente na planície pantaneira (EREMITES DE OLIVEIRA, 1995, 1996, 2002a, 2012a, 2012b, 2018, 2022).

Fontes castelhanas do período colonial também registram o termo Guaxarapo ou Guasarapo para designar uma população indígena canoeira da região. Trata-se de outro apelido em guarani, e não de um etnônimo ou uma autodeclaração. A palavra *guaxa*, que derivaria de *guaxo* ou *guacho*, seria, literalmente, algo como “órfão” e pode ter relação direta com o vocábulo *guatá*, ao passo que *rapo* é raiz ou sufixo usado no sentido de população tradicional pertencente ou enraizada a determinado lugar. Pronunciado como Guaxarapo, o termo assume a conotação de substantivo autônomo, e não, necessariamente, de palavra composta. A expressão foi recorrida por espanhóis e aliados indígenas de língua guarani à imposição da alcunha a uma população canoeira há muito estabelecida em parte do Pantanal, como na sub-bacia hidrográfica do rio Miranda e adjacências. Trata-se de uma coletividade muito semelhante à do povo Guató. Portanto, entende-se que Guaxarapo e Guató seriam uma mesma grande população indígena canoeira, na qual devem ter existido eventuais elementos históricos e socioculturais que pudessem servir como marcadores de fronteiras étnicas e territoriais. Com o tempo, especialmente a partir de meados do século XVIII, os povos canoeiros do Pantanal, à exceção dos antigos Payaguá – até então mais bem estabelecidos na parte meridional da região – são mencionados como Guató ou pela toponímia local, como Caracará e outras. Logo, separar Guaxarapo de Guató levaria a acreditar, equivocadamente, que seriam povos muito distintos e que os primeiros estariam extintos.

Percebe-se, com efeito, que, historicamente, os atuais Guató descendem de antigas populações indígenas canoeiras da planície de inundação, conhecidas na arqueologia como as portadoras da macrotradição tecnológica ceramista denominada de *Tradição Pantanal* (EREMITES DE OLIVEIRA, 1995, 2002a, 2004, 2018, 2022; EREMITES DE OLIVEIRA; MILHEIRA, 2020; EREMITES DE OLIVEIRA; VIANA, 2000; SCHMITZ *et al.*, 1998).

O CONTEXTO DA ÉPOCA DA PUBLICAÇÃO DO ARTIGO

Quando houve a publicação do artigo expresso no título deste trabalho, eu atuava como docente no campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a partir da qual foi criada e implantada, entre 2004 e 2006, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Da versão original da tese que o texto sintetiza resultam outras publicações, inclusive dois livros e alguns artigos¹. Soma-se a essa produção intelectual um ensaio que recebeu a primeira colocação no Prêmio Dra. Branislava Susnik, Edição 2003, conquistado em Assunção, Paraguai (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002b, 2003b, 2003c, 2004, 2007, 2008a, 2008b). Ademais, o livro *Guató: argonautas do Pantanal*, resultado da minha dissertação de mestrado, também serviu à produção do longa-metragem *500 Almas*, dirigido por Joel Pizzini, película da qual participei como consultor científico (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996; PIZZINI, 2004).

O referido artigo é uma publicação datada ou um *documento*, em sentido mais amplo e, como tal, reflete certa situação na minha história de vida profissional: preocupações acadêmicas, limitações teórico-metodológicas, perspectivas em relação ao magistério superior, posições políticas e aspirações geracionais. Refiro-me, por exemplo, à geração dos assim chamados “jovens arqueólogos”, que, na década de 1990 e parte dos anos 2000, aspiravam protagonizar mudanças positivas na arqueologia brasileira: torná-la mais plural, inclusiva, socialmente engajada e produzida para além-fronteiras no que diz respeito à sua atualização em relação a tendências verificadas na arqueologia mundial².

¹ Grande parte da minha produção intelectual está disponível para acesso gratuito na Internet: <https://ufpel.academia.edu/JorgeEremitesdeOliveira>.

² O termo “jovens arqueólogos” foi cunhado por arqueólogos mais antigos, nossos mestres, e passou a ser recor-

A expressão *da pré-história à história indígena*, inspirada em vários trabalhos analisados à época, tem duplo sentido. Refere-se à ideia de continuidade histórica, percebida a partir da constatação de que os povos originários do tempo presente são descendentes das antigas populações indígenas conhecidas para o passado pré-colonial, o que não significa perseguir deliberadamente a produção de analogias históricas ou etnográficas diretas. Ao mesmo tempo, sinaliza para uma mudança epistêmica no sentido de substituir o termo evolucionista “pré-história” – presente na arqueologia europeia desde os anos 1850 – pelo conceito de história indígena, percebido em seu sentido mais amplo e profundo. No caso, a história indígena não está vinculada à concepção eurocêntrica de escrita ou letramento, e é mais bem compreendida como o somatório de todas as trajetórias ou transcurso das populações originárias das Américas, desde o início do processo de ocupação humana do continente até as situações históricas vivenciadas pelos povos e comunidades indígenas no tempo presente. O conceito apresentado está relacionado, portanto, com a perspectiva geográfica e temporal da *longa duração*, termo traduzido da expressão em francês *longue durée*, tal como operada por Braudel (1990), embora não tenha a ver, obrigatoriamente, com a perspectiva estruturalista de analisar a permanência de estruturas de pensamento no tempo longo.

Assim que concluí do doutoramento, continuei a trabalhar em cursos de graduação e passei a fazer parte do corpo docente do Programa Pós-Graduação em História da UFMS, para o qual havia idealizado e formulado, ainda quando doutorando, a linha de pesquisa originalmente denominada de História Indígena (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012a). Anos mais tarde, em 2010, participei da elaboração da proposta do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da UFGD que, inicialmente, tinha uma linha de pesquisa denominada Arqueologia, Etno-história e Patrimônio Cultural (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a). Portanto, o doutorado foi o fim de um momento, ligado à titulação acadêmica, e o início de outro, observado na continuidade e na aplicação intra e extramuros da academia dos estudos etnoarqueológicos, etno-históricos e etnológicos iniciados no começo dos anos 1990.

O REBATISMO EM CAMPO

No segundo semestre de 2003 passei a atuar como perito da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul. Fui incumbido, juntamente com o antropólogo Levi Marques Pereira, de participar da produção de um laudo judicial de natureza antropológica, arqueológica e histórica sobre a área reivindicada pelos Terena à ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Nascia ali uma profícua parceria profissional que resulta em diversas publicações e ações dentro e fora da academia. Aquela foi uma oportunidade ímpar para colocar em prática procedimentos da etnoarqueologia e da etno-história para periciar, pois são áreas reivindicadas como terra indígena no Centro-Oeste, em observação à legislação em vigor: Art. 231 da Constituição Federal de 1988, Decreto n. 1.775/1996, Portaria MJ n. 14/1996 etc. Dessa maneira, em outubro daquele ano, adentrei com o colega na Terra Indígena Buriti, e a experiência ali acumulada foi marcante na minha carreira profissional: pela primeira vez um arqueólogo brasileiro, especialista em etnoarqueologia e

rente nos eventos promovidos da SAB, como ocorreu durante a *VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, realizada no período de 11 a 15 de setembro de 1995, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, cujos anais foram publicados sob organização de Kern (1996). Na ocasião, os “jovens arqueólogos” tiveram papel importante na eleição da chapa vencedora à direção da SAB. Dada a complexidade do tema, o assunto já deveria ter sido objeto de alguma dissertação de mestrado ou tese de doutorado sobre a história da arqueologia brasileira. Ocorre que a questão não pode ser compreendida por meio de leituras superficiais e descontextualizadas, como feito de maneira caricatural e a-histórica em trabalho assinado por quem reduz as ações de um coletivo de arqueólogos à postura crítica em relação a este ou aquele programa de pesquisas. Ledo engano, pois não se pode dissociar as relações entre autor, obra e meio social ou contexto da época.

etno-história, havia sido intimado pelo Judiciário a produzir um estudo de grande complexidade e relevância científica e social³.

A perícia foi concluída e entregue no prazo de três meses e favoreceu a constituição de uma singular expertise etnográfica, haja vista que durante as diligências periciais foram aplicados procedimentos metodológicos comuns aos campos da antropologia social, arqueologia e etno-história. Senti-me como que rebatizado em campo com o apoio de um grande especialista de etnologia indígena. Exemplo disso foi a concatenação – método genealógico para o estudo do sistema de parentesco e da organização social, bem como para o registro e a análise da memória social – dos antigos assentamentos e outros lugares de ocupação tradicional dos Terena na região serrana de Maracaju, microbacia hidrográfica do córrego Buriti (EREMITES DE OLIVEIRA, 2009; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, 2010, 2012). Logo em seguida, passei a incluir a etnologia e o direito indigenista em meus estudos e a participar regularmente de eventos relacionados à produção de laudos periciais sobre áreas reivindicadas como terras tradicionalmente ocupadas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2013, 2015). Tornei-me, enfim, uma espécie de pesquisador *in-disciplinado* por conta da publicação de estudos que não se enquadram, inteiramente, dentro das bolhas sociais disciplinares.

Após essa experiência, no ano de 2007, novamente por meio da mesma parceria profissional, participei de outra perícia, desta vez sobre a área reivindicada pelos Kaiowá para a regularização da Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu, localizada no município sul-mato-grossense de Antônio João, fronteira do Brasil com o Paraguai (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009a). Foi quando passei a observar com mais atenção certa semelhança entre as sepulturas humanas ali encontradas e as verificadas para outras áreas tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016a).

Desde então, passei a direcionar os estudos para o que tenho chamado de *Etnoarqueologia do Território*, isto é, para uma etnoarqueologia voltada ao estudo da materialidade das relações sociais (históricas e socioculturais) observadas no dinâmico espaço físico ou território onde vivem as comunidades indígenas e quilombolas (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2010). A proposta está radicalmente desvinculada do paradigma obsoleto da “aculturação”, tampouco estaria associada a uma etnoarqueologia das perdas culturais ou da busca pelos mais “autênticos” ou “puros” caçadores-coletores da América do Sul, valendo-me aqui das críticas formuladas por Pacheco de Oliveira (1998) a certa etnologia praticada no Brasil.

Paralelamente a tudo isso, segui a realizar outros trabalhos, como feito junto aos Katitauru, também chamados de Nambikwara do Sararé, em face dos impactos gerados por um empreendimento minerador instalado na região do vale do rio Guaporé, em Mato Grosso (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009b; SOUZA; EREMITES DE OLIVEIRA, 2019). Também continuei a atuar como docente em programas de pós-graduação *stricto sensu*, e isso resultou, por exemplo, na orientação de intelectuais indígenas, negros e de dois trabalhos sobre o povo Guató (ALMEIDA, 2014; ARAÚJO; SILVA, 2012; JOÃO, 2011; MIRANDA, 2016; NEGREIROS, 2018; OLIVEIRA, 2013; RIBEIRO, 2005; SILVA, 2006; XAVIER PINTO, 2017; URRUTH, 2018).

Somou-se a isso a realização de um estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizado entre 2010 e 2011 sob a supervisão do antropólogo João Pacheco de Oliveira. Esse outro

³ Anteriormente, outro arqueólogo, especialista em “pré-história” e dedicado à arqueologia preventiva, havia feito várias perícias no estado, embora a maioria seja pouco consistente no que se refere ao rigor científico exigido para os laudos judiciais. Posteriormente, o mesmo profissional atuou como “orientador” de assistente técnico e consultor de ruralistas contrários à regularização de terras indígenas. Esse assunto, porém, ainda não foi analisado em estudos minuciosos e aprofundados, baseados nos próprios laudos e em outros documentos constantes em processos judiciais, dentre outras fontes. Trata-se de um excelente tema para uma dissertação de mestrado ou tese de doutoramento.

momento foi profícuo devido à realização de estudos sistemáticos sobre obras situadas no movimento pós-colonial ou anticolonial, mais precisamente a respeito da antropologia e da arqueologia do colonialismo. No caso em tela, o colonialismo pode ser entendido tanto como um sistema estruturante de relações sociais assimétricas de poder, exploração e dominação – que não está circunscrito a temporalidades do período colonial – quanto a um problema relativo à colonialidade do saber e do poder que marca a constituição dos campos do conhecimento científico no Ocidente (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016a, 2016b, 2017; EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2010, 2020). À época, coordenei, ainda, a realização de um laudo antropológico administrativo para a Funai (Fundação Nacional do Índio) sobre a Terra Indígena Santuário dos Pajés, localizada no plano piloto de Brasília, onde parte da materialidade produzida por famílias Fulniô e outras foi atestada por meio do registro e da análise do manejo de plantas da Caatinga naquela parte do Cerrado (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA; BARRETO, 2011). A partir de 2010, passei a contar com o relevante apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de uma bolsa de pesquisador e pude dar continuidade a pesquisas etnoarqueológicas e etno-históricas na região Centro-Oeste, principalmente na região da bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguai.

DE VOLTA AOS ARGONAUTAS DO PANTANAL

Depois de quase uma década desde a publicação do artigo já mencionado e na iminência de ser redistribuído da UFGD para a UFPel, em 2013 retomei formalmente os trabalhos etnoarqueológicos e etno-históricos junto a comunidades e famílias Guató no Pantanal. Os estudos seguem até o presente momento e estão relacionados ao propósito de dar continuidade e intensificar os trabalhos iniciados em meados da década de 1990. Esses estudos estão voltados à construção de uma história indígena na perspectiva espaço-temporal de longa duração, na qual estão, sincrônica e diacronicamente, concatenados temas como território, cultura material, sistema de assentamentos, situações históricas, histórias de vida, memória genealógica, cosmologia, processos de territorialização, relações geracionais e de gênero e construção e uso de aterros indígenas. Para tanto, inicialmente foram escolhidas as seguintes áreas para o desenvolvimento dos trabalhos: a) Terra Indígena Guató, localizada no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul; b) Terra Indígena Baía dos Guató, situada no município de Barão de Melgaço, Mato Grosso; c) baixo curso do rio São Lourenço, especialmente a localidade da Barra do São Lourenço e adjacências, na divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, municípios de Corumbá e Poconé; e d) alto curso setentrional do rio Paraguai, município mato-grossense de Cáceres. A execução dos trabalhos de campo tem sido feita de maneira participativa e observando os interesses das comunidades e famílias indígenas. Um dos assuntos estudados diz respeito à compreensão dos processos de construção, usos e significados de estruturas monticulares. Neste contexto, as metas estabelecidas para as pesquisas não estão restritas a publicações em periódicos científicos, mas também em sites e jornais de circulação nacional, bem como a produção de vídeos disponibilizados no YouTube (EREMITES DE OLIVEIRA, 2021; EREMITES DE OLIVEIRA; FERREIRA, 2022; EREMITES DE OLIVEIRA; MILHEIRA, 2020)⁴.

Mais recentemente, em 2017, por determinação da Justiça Federal em Mato Grosso, realizei trabalhos periciais de natureza antropológica e histórica na área identificada, delimitada, demarcada e declarada como Terra Indígena Baía dos Guató. Para os trabalhos de campo, contei com o apoio do arqueólogo Rafael Guedes Milheira, e, dos trabalhos ali realizados, foram feitas algumas publicações (EREMITES DE OLIVEIRA, 2018, 2022; EREMITES DE OLIVEIRA; MILHEIRA, 2020).

⁴ Alguns vídeos sobre a arqueologia e a história do povo Guató estão disponíveis no YouTube: <https://www.youtube.com/c/jorgeeremitesdeoliveira>. Acesso em: 16 dez. 2022 (O PANTANAL, 2022).

No contexto regional, pesquisas arqueológicas, etno-históricas e etnológicas chamam a atenção para a ocorrência de milhares de aterros indígenas, construídos desde, pelo menos, uns 8.400 anos atrás, cuja profundidade temporal poder recuar até o início do holoceno. Os Guató são associados, em termos históricos e socioculturais, a essas estruturas monticulares, conforme atestam vários relatos escritos produzidos desde o período colonial. Eles mesmos se percebem como descendentes das mais antigas populações canoieiras que se estabeleceram no Pantanal e, ainda hoje, ali constroem e ocupam aterros. Este é o caso do Aterro do Roberto, construído entre fins dos anos 1980 e a primeira metade da década de 1990, na Barra do São Lourenço. Foi planejado para ter uma área de 15 m × 15 m e a altura de 5 m, ou seja, pelo menos 1 m mais alto em relação ao pico da maior cheia de que se tem conhecimento na localidade. Outro exemplo é o Aterro da Sandra, construído a partir de meados da década de 2000, na Aldeia Aterrado, Terra Indígena Baía dos Guató. A construção e o uso de aterros indígenas, portanto, fazem parte de uma tradição milenar mantida no tempo presente pelos Guató, e o assunto também está presente em sua cosmologia (EREMITES DE OLIVEIRA e MILHEIRA, 2020; EREMITES DE OLIVEIRA, 2018, 2022).

Na sequência, consta uma breve etno-história baseada numa cosmologia sobre o assunto, originalmente publicada em parceria com o professor Zaqueo Souza Ferreira para uma revista ligada ao grupo *Folha de S. Paulo* (EREMITES DE OLIVEIRA; FERREIRA, 2022). A narrativa está baseada em ensinamentos prestados por sua tia-avó, Francolina Rondon, mais conhecida pelo respeitoso apelido de Dona Negrinha (LEITE; EREMITES DE OLIVEIRA, 2012).

Em temporalidades muito longínquas e imemoriais, situadas em dimensões cosmológicas, e não no tempo relógio inventado no Ocidente, bem antes dos primeiros invasores europeus cruzarem o Atlântico com suas caravelas e outras naus, a região pantaneira possuía menos água do que hoje em dia. Naqueles tempos, havia uma comunidade Guató estabelecida na área onde está localizada a baía Gaíva, chamada em espanhol de “laguna La Gaíva”, na atual fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Ali era uma área seca, e não uma grande baía, termo usado regionalmente por brasileiros para designar lagos e lagoas de todo tipo. Certo dia, algumas mulheres foram buscar água numa nascente que havia nas proximidades de suas casas. Ao chegarem lá, avistaram um preá branco, chamado de *meki* na língua mãe e às vezes conhecido como “coelho”, criatura jamais vista por aquelas paragens e cujos pelos eram alvos como a neve. Ao regressarem à comunidade e tão logo anoiteceu, os adultos foram conversar ao redor do fogo, momento em que elas contaram sobre o ocorrido. Um menino, que não deveria estar por perto a escutar o que os mais velhos conversavam, ouviu tudo atentamente e, na manhã seguinte, bem cedo, foi até lá ver o bicho. Levou consigo arco e flecha e, ao avistar o preá branco, desferiu-lhe uma flechada certa e mortal no peito. Antes de desfalecer por completo, o “coelho” disse ao menino que não era um simples animal, mas o dono daquela água. Anunciou que da nascente viria muita água, mas tanta água que inundaria praticamente toda a região. Seria uma punição à maldade que recebera em retribuição à bondade de oferecer água para saciar a sede das pessoas. Por conta disso, quem fosse mau iria morrer afogado e quem fosse bom deveria buscar abrigo seguro no cume dos morros. Assim que o preá morreu, começou a emanar muita água do lugar e a terra começou a tremer. Era grande o som da água a jorrar e borbulhar. Em pânico, todo mundo começou a correr para se salvar. As pessoas más corriam em direção às morrarias, mas caíam ao chão por conta dos fortes tremores da terra, sendo tragadas pelas águas. Muitas pessoas boas correram e alcançaram o cume dos morros da Ilha Ínsua, onde ficaram a salvo. Depois disso, as águas baixaram até certo ponto, mas jamais a região passou a ser seca como outrora. O local onde a comunidade estava estabelecida foi transformado na baía Gaíva e surgiu na região um mundo das águas, o Pantanal, batizado de *Guadakan* no idioma nativo. Logo em seguida, os sobreviventes da grande cheia se tornaram hábeis canoieiros e ali continuaram a viver de outra maneira por conta da nova realidade ambiental. Com o tempo, aprenderam com os Matchubé, povo presente em sua mitologia, a construir aterros ou *marabohó*, que são elevações artificiais do terreno, feitos de terra e outras coisas. Em reciprocidade, os Guató lhes ensinam as técnicas de produção e uso da canoa feita do tronco de árvores como meio de transporte pelas águas dos pantanais. Por conta disso

tudo, os mais antigos aprenderam e passaram a ensinar a seus descendentes que tudo tem um dono no Pantanal: rios, baías, morros, corixos (canais que conectam cursos d'água), plantas, peixes e outros animais etc. Os donos são seres não-humanos, sobrenaturais ou divinos, que devem ser respeitados e exigem uma conduta ética por parte dos canoeiros, para que ali todos possam viver em equilíbrio com os recursos por eles oferecidos aos humanos. Ao quebrar algumas de suas regras, como navegar em silêncio pelas águas da Gaíva ou pescar e caçar apenas o que precisam para sobreviver, punições poderão ser proferidas a homens e mulheres, quaisquer que sejam. Eis aqui uma forma de entender e explicar historicamente as origens do Pantanal e parte da filosofia do bem-viver e do modo de vida do povo canoeiro Guató (EREMITES DE OLIVEIRA; FERREIRA, 2022).

Nota-se, por meio da cosmologia apresentada, que a história dos povos originários no Pantanal não tem início com a chegada dos primeiros invasores de além-mar ao continente americano. Tampouco começaria na primeira metade do século XVI, com a presença de espanhóis e portugueses na planície pantaneira. A história dos povos indígenas no Pantanal, mais precisamente na parte central e mais alagada da bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguai, está constituída por complexas trajetórias que começam há, pelo menos, 8.400 anos atrás, isto é, no tempo geológico, conhecido como holoceno. Esse processo de ocupação, contudo, tem início há mais tempo, provavelmente entre 11.000 e 10.000 anos, quando a região passou a apresentar uma configuração ecológica parecida com a conhecida desde o encontro colonial.

A partir do início do holoceno, o Pantanal se tornou um bioma marcado por expressiva biodiversidade, especialmente a partir do momento quando ali se estabeleceram as primeiras populações originárias, como as antigas populações canoeiras e construtoras de aterros, das quais o povo Guató entende descender. Significa dizer que o Pantanal é mais que um Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera, ou Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, como definido em 2000 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Ele também deve ser percebido como patrimônio cultural, herança ou legado de centenas de gerações de indígenas que ali constituíram assentamentos em temporalidades pretéritas e promoveram positivas mudanças nas paisagens locais. Exemplo disso são a edificação de milhares de aterros, o contínuo manejo agroflorestal e a manutenção, correção ou construção de corixos e baías temporárias, que resultam de uma engenharia própria para promover a construção de montículos artificiais com solo fértil. Não é por acaso que, geralmente, há depressões do terreno nas adjacências dos aterrados, apresentadas sob forma de baías, que representam o negativo topográfico do lugar de onde os indígenas retiraram terra para a construção das estruturas monticulares.

Pesquisas arqueológicas mais recentes, realizadas a partir dos anos 1990, dentre as quais merecem destaque as executadas sob orientação ou coordenação do arqueólogo Pedro Ignacio Schmitz, atestam que, durante o holoceno, antigas populações originárias ali passaram a construir e ocupar estruturas monticulares conhecidas como aterros, aterrados, aterrinhos ou *marabohó*. Como dito anteriormente, o último termo se refere à designação dada em guató a elevações artificiais do terreno, construídas em áreas periodicamente inundadas sob o ritmo das cheias e secas anuais, isto é, do pulso de inundações. Até hoje em dia, a tradição de construir e ocupar aterros é mantida por famílias guató nos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como recentemente observado nos municípios de Corumbá, Cáceres, Barão de Melgaço e outros. Trata-se de lugares comumente constituídos de terra, conchas de caramujos aquáticos, ossos de animais e fragmentos de diversos artefatos, dentre outras coisas. A depender do contexto e das necessidades situacionais, os aterros podem ser construídos basicamente de terra, galhos e folhas de árvores. Costumam ter palmeiras acuri ou *midji* em suas bordas, espécie denominada de *Scheelea phalerata* por botânicos, cujas raízes protegem os lugares da ação das águas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012c). Além disso, as palmeiras, que também possuem um dono, fornecem frutos, fibras e palmas para a cobertura das casas etc.

Como explicado em outras publicações, os aterros podem ser implantados em diferentes lugares: margens de rios; ilhas lacustres e fluviais; interiores e margens de baías temporárias e permanentes;

ribanceiras de corixos; campos alagáveis, onde assumem a feição de ilhas de vegetação ou de floresta; e em outros pontos das paisagens. Os aterrados mais antigos são elevações do terreno favoráveis ao cultivo e manejo de várias espécies de plantas, à presença de muitos animais e ao estabelecimento de grupos humanos, onde, inclusive, os Guató sepultam seus parentes. Por vezes são denominados de outras maneiras pelos não índios: “capões de mato” e “capões de aterro”, quando possuem forma circular e semicircular (no guarani *ca’a pu’ã* significa “mato redondo”); cordilheiras, quando apresentam formato alongado; e pelo termo depreciativo de “aterros de bugre” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002a, 2004, 2014b, 2018, 2022; EREMITES DE OLIVEIRA; MILHEIRA, 2020; EREMITES DE OLIVEIRA; VIANA, 2000; RONDON, 1972; SCHMIDT, 1942 [1905]; SCHMITZ *et al.*, 1998).

O (re)conhecimento desse complexo passado perpassa, pois, por contribuições advindas de vários campos do conhecimento, como a arqueologia, a etno-história e a etnologia e, ainda, por memórias e saberes indígenas que não constam em fontes escritas. Pensar o contrário equivale a corroborar a ideia de que os europeus e euroamericanos seriam detentores das luzes da história e, portanto, inventores de uma humanidade esclarecida, como criticado por Krenak (2019).

Fosse a história uma mera narrativa eurocêntrica das experiências humanas no tempo e espaço, ou seja, de uma branquitude esclarecida, restaria aos indígenas a perpetuação da imagem de selvagens, bárbaros e incivilizados, dos portadores de uma inumanidade ou humanidade obscurecida. Por conseguinte, a eles seria imposta a condição de povos sem história e sem direito algum. Na melhor das hipóteses, teriam um passado abstrato ligado à “pré-história” e a um tempo presente vinculado a uma etnografia a-histórica sobre populações exóticas e distantes da realidade do mundo contemporâneo. Por razões desta natureza, entende-se a relevância das pesquisas arqueológicas, etnoarqueológicas, etno-históricas e etnológicas em andamento no Pantanal e em outras regiões das Américas.

Como no Pantanal há diferentes tipos de aterros, de alturas e tamanhos variados, construídos e ocupados por populações originárias pretéritas e contemporâneas, distintos também são os processos que envolvem a formação dos sítios. Sobre o assunto, uma questão está bastante clara no momento: é inegável que coletivos indígenas construíram, paulatinamente ou não, porém de maneira intencional, estruturas monticulares. As antigas elevações possuem um solo artificialmente fértil em relação ao terreno do entorno. Chegam a lembrar as *terras pretas*, conhecidas para a Amazônia. Em outras regiões das Américas, populações originárias também construíram aterros conhecidos como cerritos, tesos, *conchales* ou *mounds*, como os que ocorrem nas bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Guaporé, Paraná, Uruguai e Mississipi. Sambaquis ou concheiros também são aterros ou *mounds*, embora sejam raros os estudos comparativos sobre as estruturas monticulares holocênicas existentes tanto no litoral quanto no interior da América do Sul.

No Pantanal, a construção de montículos se deu, principalmente, por meio da deposição de sedimentos, restos de alimentação humana, conchas de moluscos aquáticos e outros materiais em pontos previamente escolhidos e preparados para o estabelecimento de assentamentos indígenas, bem como a criação de locais favoráveis à agricultura, ao manejo agroflorestal e aos sepultamentos dos parentes. Os Guató da Aldeia Aterrado classificam os aterros em duas categorias: aterros para morar e aterros para plantar. Os primeiros são os mais recentes, e os últimos, os mais antigos. Respectivamente, possuem solo *verde* e solo *maduro*, em analogia ao amadurecimento das frutas.

Além disso, percebe-se os aterros pantaneiros e seu entorno paisagístico como lugares históricos, ou seja, locais de memórias individuais e coletivas, inseridos no contexto de paisagens em movimento. São desenhados, planejados e construídos com a intenção de comunicar significados duradouros, inclusive em termos de organização social. Deduz-se, portanto, que as atuais paisagens das terras baixas ou áreas alagáveis do Pantanal trazem a marca das populações indígenas canoeiras, as quais incorporaram em seus sistemas socioculturais marcas das próprias paisagens locais. Além disso, montículos foram construídos e gradualmente aumentados de tamanho e altura por razões das mais diversas, como, por exemplo, para a ampliação dos assentamentos, formas de empoderamento de grupos locais e o controle dos territórios. Normalmente ocorrem nos campos alagados e nas margens de rios,

corixos e baías, incluindo o sopé de morros isolados. Até o momento, não se tem conhecimento dos registros de aterros em áreas elevadas – acima de 100 m de altura em relação à topografia da planície de inundação –, como, por exemplo, nos patamares elevados dos planaltos residuais de Urucum e Amolar. O Aterro do Amâncio, localizado na Aldeia Uberaba, Terra Indígena Guató, próximo à margem do canal D. Pedro II, atesta que abordagens orientadas pelo determinismo ecológico não são pertinentes para explicar as origens e os usos dos *marabohó*, tampouco a complexidade do assunto.

Ao fim e ao cabo, espero continuar com meus trabalhos no Pantanal por muitos anos e a orientar pesquisas em nível de graduação e pós-graduação a respeito da presença indígena na região, principalmente sobre o povo Guató.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

500 ALMAS. Direção: Joel Pizzini. Rio de Janeiro: Riofilme, 2004. Streaming (109 min).

ALMEIDA, M.A.D. *A presença ausente do Estado brasileiro na reserva indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul: compreendendo a questão da violência e da segurança pública à luz do direito e da antropologia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

ARAÚJO E SILVA, M. *A identidade étnica da criança Guató da aldeia Uberaba, região do Pantanal (Corumbá – Mato Grosso do Sul)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Trad. de Rui Nazaré. 6. ed. Lisboa (POR): Presença, 1990.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. A utilização da analogia etnográfica no estudo dos aterros da região pantaneira de Corumbá, MS. *Revista de Arqueologia*, v. 8, n. 2, p. 159-167, 1994.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Dissertação (Mestrado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002a.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. A arqueologia brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 28, n. 2, p. 25-52, 2002b.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, v. 16, p. 71-86, 2003a.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Los primeros pasos en dirección de una arqueología pantanera: de Max Schmidt y Branka Susnik hacia otras interpretaciones sobre los pueblos indígenas de las tierras bajas del Pantanal. *Suplemento Antropológico*, v. 38, n. 2, p. 9-72, 2003b.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. As origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *Pós-História*, v. 11, p. 159-184, 2003c.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande: Oeste, 2004.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Os primeiros passos em direção a uma arqueologia pantaneira: de Max Schmidt e Branka Susnik a outras interpretações sobre os povos indígenas nas terras baixas do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, v. 20, p. 83-115, 2007.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Arqueologia pantaneira: história e historiografia (1875-2000)*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008a.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Os antigos pescadores-caçadores-coletores do Pantanal. In: LAPONTE, D.; ACOSTA, A. (Orgs.). *Entre la tierra y el agua: arqueología de humedades de Sudamérica*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, p. 61-76, 2008b.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Prefácio. In: PEREIRA, L.M (Org.). *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica*. Dourados: Editora da UFGD, 2009. p. 9-14.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, v. 6, p. 178-218, 2012a.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da terra indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Habitus*, v. 9, p. 166-196, 2012b.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A humanização das paisagens pantaneiras pelos povos indígenas: um estudo sobre o uso e manejo da palmeira acuri pelos Guató. In: MORETTI, E.C.; BANDUCCI JUNIOR, Á. (Orgs.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande: Editora UFMS, 2012c. p. 89-116.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Tellus*, v. 22, p. 27-48, 2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Jus Sperniandi: proposta de criação de uma graduação em antropologia em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 11, p. 9-43, 2014a.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Os milenares. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 100, p. 21-25, 2014b.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. (Re)aproximando os campos da antropologia social e da arqueologia no Brasil: etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J., MURA, F.; SILVA, A.B.D. (Orgs.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA, 2015. p. 234-261.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 29, p. 136-169, 2016a.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 7, p. 354-374, 2016b.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Revisitando uma discussão sobre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. In: CAMPOS, J.B.; RODRIGUES, M.H.D.S.G.; FUNARI, P.P.A. (Orgs.). *A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direitos*. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 32-76.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Laudo pericial de natureza antropológica e histórica sobre a área denominada terra indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso*. Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600. Cuiába: Justiça Federal em Cuiába, 2018. Não publicado.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Em memória do líder Guató Celso Alves Ribeiro. *Revista IHU On-line*, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/607064-em-memoria-do-lider-guato-celso-alves-ribeiro-artigo-de-jorge-eremites-de-oliveira>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Etnoarqueologia no laudo pericial sobre a Terra Indígena Baía dos Guató, Pantanal de Mato Grosso. In: EREMITES DE OLIVEIRA, J.; CAMPOS, J.B.; FUNARI, P.P.A. (Orgs.). *Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022. p. 40-60.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; FERREIRA, Z.S. Guató, o povo pantaneiro. *Quatro Cinco Um*, 1 ago. 2022. Disponível em: <https://quatrocinco.um.folha.uol.com.br/br/artigos/ciencias-sociais/guato-o-povo-pantaneiro>. Acesso em: 1 ago. 2022.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; MILHEIRA, R.G. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, v. 26, n. 3, p. 1-39, 2020.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *Revista eletrônica história em reflexão*, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. *Ñande Ru Marangatu*: laudo pericial sobre uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009a.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. *Relatório antropológico complementar dos impactos socioambientais do Projeto São Francisco, atual Serra da Borda Mineração e Metalurgia, sobre os Katitauru das terras indígenas Sararé e Paukairajausu, em Mato Grosso*. Dourados, MS: [s. n.], 2009b. Não publicado.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R.L.S.D.; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. (Orgs.). *Arqueologia, etnologia e etno-história em iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2010. p. 185-208.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. *Terra Indígena Buriti*: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na serra de Macaraju, Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: UFGD, 2012.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M. Do ‘largão’ da terra ‘voluta’ à estreiteza da terra vendida: reflexões sobre territórios e comunidades quilombolas no norte de Mato Grosso do Sul. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 15, n. 3, p. 1-22, 2020.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L.M.; BARRETO, L.S. *Laudo antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga Fazenda Bananal, mais conhecida como Santuário dos Pajés, localizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil*. Dourados, MS: Funai, 2011. Não publicado.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S.A. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*, v. 44, n. 1, p. 142-189, 2000.
- JOÃO, I. 2011. *Jakaira Reko Nheppyrũ Marangatu Mborahéi*: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri’y, Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.
- KERN, A.A. *Anais da VIII reunião científica da sociedade de arqueologia brasileira*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. 2 v.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEITE, E.F.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. “Faço parte da história desse jeito!”: componentes da memória e da identidade de uma indígena Guató. *Tellus*, v. 12, n. 23, p. 127-146, 2012.
- MARTINS, A.M.S. 2011. *Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, BR, 2011.
- MARTINS, A.M.S. O morfema ϵ do Guató: de uma possível marca de ergatividade à marca de concordância. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 5, n. 2, p. 435-451, 2013.
- MIRANDA, S.S.T. 2016. *Arqueologia da Cidade Velha, Cabo Verde*: da escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2016.
- NEGREIROS, I.D.S. 2018. *O Massacre de Capacete*: narrativa, memória e história Tikuna no município de Benjamim Constant, Amazonas. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018.

- OLIVEIRA, É.A. 2013. *História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.
- O PANTANAL e os aterros indígenas. Pelotas: LEPAARQ/UFPel, 2020. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo canal Jorge Eremites de Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC-xgPd3xk1WYc0CZdTGteVQ>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- OLIVEIRA, E.; MILHEIRA, R. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, v. 26, n. 3, p. 1-39, 2020. <http://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a208>.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
- PALÁCIO, A.P. 1984. *Guató: a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1984.
- RIBEIRO, M.D.S. 2005. *Uma ilha na história de um povo canoieiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2005.
- RODRIGUES, A.D. Línguas ameríndias. In: *Grande enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, 1970. p. 4034-4036.
- RODRIGUES, A.D. *Línguas brasileiras. para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- RONDON, J.L.N. *Tipos e aspectos do Pantanal*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1972.
- SCHMIDT, M. *Indianerstudien in zentralbrasilien. erlebnisse und ethnologische ergebnisse einer Reise in den Jahren 1900 bis 1901*. Berlin: Dietrich Reimer, 1905.
- SCHMIDT, M. *Estudos de etnologia brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901: seus resultados etnológicos*. Trad. de C. B. Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; ROSA, A.O.; BEBER, M.V. Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. *Pesquisas (Série Antropologia)*, v. 54, p. 1-271, 1998.
- SILVA, C.AD.S. 2006. *Roupa e batismo × flecha e pintura: a construção de estratégias indígenas diante do conquistador luso-brasileiro no norte da Capitania de Goiás (os Akwen, 1749-1799)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2006.
- SOUZA, R.L.D.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. Etnoarqueologia e processo de territorialização entre os indígenas Wasusu do vale do Rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. *Tellus*, v. 19, n. 39, p. 105-138, 2019.
- URRUTH, M.D.F.N. [Kuawá Apurinã]. 2018. *“Terra, vida, justiça e demarcação”: Mulheres Kaiowá e a luta pela terra indígena Taquara, município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Antropologia Social e Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018.
- XAVIER PINTO, A.R.D.B. 2017. *A comunidade ribeira da barca, Ilha de Santiago, Cabo Verde: experiências de cooperativa e estratégias em busca do bem viver*. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Antropologia Social e Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2017.